



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

GABINETE DO PREFEITO

LEI N- 739/2018

Caaporã em 05 de Junho de 2018.

REVOGA A LEI Nº 590/2010, CRIA CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS NOS QUADROS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAAPORÃ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAAPORÃ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passam a compor no Quadro de Cargos de Livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Vereadores os seguintes cargos, com as respectivas quantidades e padrões remuneratórios:

Quantidade de cargos	Categoria Funcional	Valor (R\$)
01	Assessor de Gabinete da Presidência	Salário mínimo
02	Assessor da Mesa Diretora	Salário mínimo
11	Assessor de Vereador	Salário mínimo
11	Assessor Legislativo	Salário mínimo
03	Assessor das Comissões	Salário mínimo
01	Assessor de Imprensa	Salário mínimo
01	Tesoureiro	R\$ 1.850,00

Parágrafo único. Insere no Anexo I da presente Lei, as especificações quanto as atribuições dos cargos comissionados.

Assinatura

PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ-PB
CNPJ 08.086.44/0001-51
RUA SALOMÃO VELOSO, 30 - CENTRO, CAAPORÃ/PB - 56.326-000



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
construindo uma nova história

Art. 2º. Os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas são de livre nomeação e exoneração, por ato da Presidência da Câmara de Vereadores, respeitados os requisitos legais exigidos para o ingresso no serviço público e as condições específicas previstas para o exercício do cargo ou função a ser provido.

§1º A nomeação e exoneração de pessoal para os cargos de Assessor de Vereador e Assessor Legislativo se dará por ato da Presidência, mediante indicação do respectivo Vereador, exceto quando a exoneração for determinada pelo interesse superior da administração, respeitadas as demais condições previstas no artigo.

Art. 3º - Poderá ser concedida Função Gratificada aos ocupantes dos cargos comissionados aqui descritos, e poderá ser concedida em até 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do vencimento base do cargo ocupado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de Junho de 2018.

Caaporã, em 05 de Junho de 2018.


CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
- Prefeito Constitucional -